



VIOLÊNCIA

Sexual

NO BRASIL:
perspectivas e desafios

Cecília de Mello e Souza
Leila Adesse

VIOLÊNCIA
Sexual

NO BRASIL:
perspectivas e desafios



Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Nilcéa Freire
Secretária Especial de Políticas para as Mulheres

Leila Adesse
Diretora do Programa IPAS-Brasil

Violência Sexual

no Brasil:
perspectivas e desafios

Cecília de Mello e Souza

Leila Adesse

organizadoras



Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres

Brasília, 2005

© 2005 Ipas Brasil

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Elaboração, distribuição e informações:

Ipas Brasil

Caixa Postal 6558
20030-020 - Rio de Janeiro - Brasil
Tels.: (21) 2532-1930 e 2532-1939
Fax: (21) 2210-5266
www.ipas.org.br
ipas@ipas.org.br

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Espl. dos Ministérios, Bl. L. ed. Sede, sl. 200
70047-900 - Brasília - DF
Tels.: (61) 2104-9377 e 2104-9381
Fax: (61) 2104-9362
www.presidencia.gov.br/spmulheres
spmulheres@spmulheres.gov.br

Organização

Cecília de Mello e Souza
Leila Adesse

Autores

Cecília de Mello e Souza
Maria Luiza de Carvalho
Maria Beatriz Galli
Rosana dos Santos Alcântara

Colaboração

Fabiana Gaspar
Luciana Campello Ribeiro de Almeida

Edição

Heloisa Frossard

Capa


Felipe Lopes da Cruz

Foto da capa

Efenzi

Fusão de imagens

Alessandra Foelkel

Apoio:  Fundo de População das Nações Unidas

CIP-BRASIL Catalogação na Fonte - Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

v792

Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios, 2005 / organizadoras Cecília de Mello e Souza, Leila Adesse. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 188p.

1. Crime contra as mulheres - Brasil. 2. Crime sexual - Brasil. 3. Violência contra as mulheres - Brasil. 4. Mulheres-maltratadas - Serviços para - Brasil.

I. Souza, Cecília Mello e, 1961-. II. Adesse, Leila

05-0208.
CDD 362.883098 1
CDU 362.-055.2 (81)

SUMÁRIO

Lista de Tabelas, 09

Autoras e Colaboradoras, 11

Apresentação, 13

1 - Introdução, 17

2 - Metodologia e Pesquisa, 23

2.1 - Fontes de Informação Disponíveis; 2.2 - Pesquisa de Campo.

3 - Magnitude da Violência Sexual no Brasil, 25

4 - Aspectos Éticos - Profissionais e Jurídicos da Violência Sexual no Brasil, 27

4.1 - Contextualizando o Fenômeno Social da Violência Sexual; 4.2 - Marco Jurídico-normativo sobre Violência Sexual; 4.2.1 - A Constituição Federal; 4.2.2 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei 8.069/90; 4.2.3 - Código Penal - Dos Crimes Sexuais; 4.2.4 - Violência Doméstica e a Lei nº 9.099/95; 4.2.5 - Código Civil; 4.2.6 - Aplicação do Marco Jurídico Internacional; 4.3 - Normas de Saúde e Justiça sobre Aborto.

LISTA DE TABELAS

5 - Políticas Públicas de Atendimento a Casos de Violência contra mulheres e adolescentes, 73

5.1 - Políticas do Legislativo; 5.2 - Políticas do Judiciário; 5.3 - Políticas do Executivo; 5.3.1 - Rede de Atendimento à Mulher e Adolescente Vítima de Violência Sexual - Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; 5.3.2 - Programa Nacional de Direitos Humanos; 5.3.3 - Violência Sexual no Contexto da Saúde; 5.3.4 - Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Doméstica e Sexual contra Mulheres e Adolescentes; 5.3.5 - A Violência Sexual e a Integridade das Ações na Área de Saúde da Mulher; 5.3.6 - Parcerias em torno da Atenção à Mulher Vítima de Violência Sexual.

6 - Desafios para as Políticas Públicas, 97

7 - A Violência Sexual na Região Norte, 101

8 - Parcerias, 121

9 - Formação de Recursos Humanos, 131

10 - Conclusão e Recomendações, 133

11. Projetos, Programas e ONGs que trabalham com crianças, adolescentes e mulheres, 139

12 - Referências Bibliográficas, 165

13 - Portais Pesquisados, 179

14. Ipas Brasil, 185

Tabela 1. Vítimas de estupro no Brasil por regiões, ano de 2000, **29**

Tabela 2. Vítimas de atentado violento ao pudor no Brasil por regiões, ano de 2000, **29**

Tabela 3. Notificações atendidas pelo Crami, por tipo de violência, nos anos de 1992 a 1998, **30**

Tabela 4 . Tipo de crime sexual perpetrado, segundo faixas etárias, **30**

Tabela 5. Conhecimento pela vítima ou seu representante legal do agressor, referido como responsável pela perpetração do crime sexual, consoante faixas etárias, **32**

Tabela 6. Tipificação do agressor identificado como responsável pela perpetração do crime sexual em 279 pacientes, segundo faixas etárias, **32**

AUTORAS E COLABORADORAS

Tabela 7. Número de agressores que participaram do crime sexual, segundo faixas etárias, **32**

Tabela 8. Atividade ou situação da vítima no momento da abordagem do agressor, segundo faixas etárias, **33**

Tabela 9. As rotas do tráfico, **102**

Tabela 10. Número de DEAMs na região Norte, **103**

Tabela 11. Perfil das mulheres na Casa Mãe da Mata, **105**

Tabela 12. Dados sobre a violência sexual na mulher. Belém (PA) 1998-2004, **111**

Tabela 13. Tipo de crime sexual registrado. Boavista (RO), 2001-2002, **118**

Organização

Cecília de Mello e Souza

Antropóloga e psicóloga social, professora do Programa de Pós-graduação do Eicos (Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social) da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Leila Adesse

Médica sanitária com mestrado em Saúde da Mulher e da Criança (Fiocruz, RJ) e diretora do Ipas Brasil

Elaboração

Cecília de Mello e Souza

Maria Luiza de Carvalho

Psicóloga da Maternidade-escola da UFRJ e doutoranda do Programa Eicos/UFRJ

Maria Beatriz Galli

Advogada, mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Toronto (Canadá)

Rosana dos Santos Alcântara

Advogada, coordenadora executiva da Advocaci, especialista em Gestão e Prática de Direitos Humanos

Colaboração

Fabiana Lustosa Gaspar

Psicóloga

Luciana Campello Ribeiro de Almeida

Psicologia com pós-graduação em Desenvolvimento Social pela University of Wollongong, Austrália

APRESENTAÇÃO

As relações de gênero, expressão das relações de poder entre os sexos, nos países em desenvolvimento – como é o caso do Brasil – têm fomentado um grande debate envolvendo as áreas psicossociais, de saúde, econômica, política, jurídica e cultural. As mulheres vêm obtendo êxito na conquista de certos direitos sociais, progredindo em direção à igualdade de gênero. A desigualdade, no entanto, ainda não foi totalmente ultrapassada, sendo um reflexo da tradição patriarcal da sociedade brasileira, expressada através da violência de gênero. Este é um fenômeno social alarmante que engloba diversos fatores e inclui um dos mais graves atos de agressão contra a mulher: a violência sexual.

Apenas recentemente, a violência sexual passou a receber destaque e visibilidade por parte de órgãos governamentais, entidades civis, movimentos feministas e organizações não governamentais. Somente em 2002, a Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu a violência sexual como todo ato sexual não desejado, ou ações de comercialização e / ou utilização da sexualidade de uma pessoa mediante qualquer tipo de coerção (Krug et al, 2002). Neste sentido, a violência sexual vem sendo crescentemente abordada na área da saúde, considerando os agravos ao bem-estar da mulher.

A violência sexual é pouco denunciada, dificultando seu registro estatístico e a pesquisa nesta área. É, entretanto, amplamente conhecido que este tipo de violência pode levar a lesões, gravidez indesejada, disfunção sexual, e / ou doenças sexualmente transmissíveis (como o HIV), tendo também um grande impacto

sobre o estado psicológico da mulher. Entre os danos causados à saúde mental, podem contar-se a ansiedade, a depressão e até o suicídio.

O Ipas Brasil vem se dedicando a projetos nas áreas da atenção à violência sexual, contra mulheres e adolescentes e à implementação de serviços de qualidade para atenção do aborto previsto em lei, visando à formação de uma rede de serviços de assistência para a garantia dos direitos humanos. Assim, desde 1993, a partir de uma abordagem ampliada e centrada na mulher, o Ipas tem capacitado profissionais de saúde dos serviços de emergência para assegurar maior conhecimento por parte destes quanto aos direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres, contribuindo para a expansão do acesso aos serviços de aborto legal e atenção pós-abortamento. Procurando ir além dos aspectos técnicos e biomédicos, tal perspectiva permitiu ampliar o olhar destes profissionais sobre o tema da atenção à violência bem como o fortalecimento do trabalho em rede, envolvendo unidades de serviço de saúde, serviços jurídicos e outras iniciativas com base na comunidade.

Neste sentido, dentre suas atividades, destacam-se dois projetos na temática de violência sexual. O projeto “Caminhos trilhados na busca por assistência à violência sexual: um enfoque na adolescência” (2003/2004), com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), que visa à proteção dos direitos sexuais e reprodutivos de adolescentes em situação de violência sexual através do enfoque dos direitos humanos e da saúde pública. O projeto propõe a integração e o fortalecimento da rede especializada de atendimento em cidades da região Norte do país. E com o apoio da Fundação Ford, o projeto “Amparo: ações afirmativas de atenção às mulheres vítimas de violência sexual e doméstica na região Norte” – é uma iniciativa conjunta do Ipas Brasil e do Centro de Educação e Assessoria Popular (Ceap) para apoiar a formação de uma rede de serviços de assistência para mulheres e adolescentes vítimas da violência sexual e doméstica também nesta região do Brasil.

A região Norte vem, de fato, merecendo destaque nas ações do Ipas em função de suas características socioeconômicas, que a identificam como uma das regiões mais pobres e carentes de recursos governamentais e não governamentais do Brasil, além de ser o local de maior índice na estatística de violência.

Para melhor fundamentar as ações do Ipas e para desenvolver o presente estudo, contamos com a ajuda e a experiência da professora Cecília de Mello e Souza. Através de informações, percepções e ações, cruzamos os dados obtidos – datados de 2003 e de 2004 – para uma análise crítica da situação no Brasil e, especialmente da região Norte, para assim auxiliar as ações das entidades governamentais e não governamentais. Consideramos que este Diagnóstico poderá servir de subsídio para enfatizar e contribuir com as ações locais de políticas públicas de desenvolvimento e sustentação da rede especializada de atendimento, visando à proteção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e adolescentes vítimas da violência sexual. Neste sentido, a parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres é uma consequência mais imediata dessa necessidade e é de extrema importância por criar um canal institucional para um diálogo entre as informações deste diagnóstico e as possíveis ações de políticas públicas para as mulheres.

Finalmente, é imprescindível mencionar a importância do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), especialmente de Rosemary Barber-Madden e Tânia Patriota, que têm apoiado o Ipas Brasil nas ações de projetos contra a violência sexual na região Norte, tornando possíveis trabalhos como este.

Leila Adesse

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho foi sistematizar o conhecimento acumulado sobre a violência sexual no Brasil, buscando traçar um diagnóstico para subsidiar as ações do Ipas. Neste sentido, procuramos as pesquisas sobre a incidência e a natureza da violência sexual, os serviços oferecidos às mulheres que se encontram nesta situação e fizemos um levantamento sobre a legislação e as políticas públicas pertinentes. Como um dos focos prioritários das ações de Ipas é a região Norte do Brasil, também fizemos um levantamento e uma pesquisa de campo sobre as iniciativas do Estado e da sociedade civil no que se refere à questão da violência sexual nesta região. Assim, não pretendemos traçar um histórico geral sobre este problema no Brasil.

Um diagnóstico sobre a violência sexual no Brasil precisa, em primeiro lugar, delimitar este conceito e suas implicações, situando-o no contexto histórico das pesquisas e ações referentes à violência de gênero. Duas dificuldades se destacam neste debate (D'Oliveira, 1997). A primeira diz respeito à abrangência da definição, quando a questão da violência pode ser entendida com mais amplitude, de modo a incluir a violência estrutural – pobreza e violações dos direitos humanos de forma geral ou mais restrita e direta (Heise et al., 1994; Larrain e Rodriguez, 1993). Neste caso o risco é banalizar e diluir o sentido preciso da violência. Também apontamos, neste estudo, o problema operacional de tal significação. A imprecisão de limites conceituais, suas variações transculturais e a dificuldade de universalizá-las são grandes obstáculos que a epidemiologia encontra, principalmente tendo em vista a importância da comparabilidade internacional (D'Oliveira, 1997).

Por outro lado, nas definições mais amplas, a percepção de como a violência se estrutura em rede (Minayo, 1994) ultrapassa a questão do dano, incluindo o contexto determinante da violência, que é uma questão central a ser considerada e trabalhada. Nesta perspectiva, por exemplo, a violência sexual se situaria na rede da violência no Brasil, em que é necessário considerar os elos entre os diversos tipos de violência e onde e como se inserem os diversos atores (homens e mulheres) nestas situações. Sabe-se que, no Brasil, os homens são mais representados tanto como agressores quanto como vítimas de violência (Nolasco, 2001) e que a violência contra as mulheres não está dissociada da violência entre os homens (Córdova, 2001). A distinção é que a violência contra a mulher geralmente se dá no âmbito das relações amorosas e familiares, tendo um grande impacto na saúde, apresentando uma importante incidência (Heise et al., 1994; Breilh, 1993; Rosenber, 1991).

A inserção dos diversos atores levanta a segunda dificuldade: a possibilidade de definir a mulher como sujeito ou vítima. No Brasil, trabalhou-se com a noção de violência contra a mulher e a mulher como vítima, até a equipe da Casa Eliane de Grammont (São Paulo) cunhar e divulgar a expressão “mulheres em situação de violência”, em 1989, com uma percepção da mulher como sujeito. Em seu artigo “As desventuras do vitimismo”, Gregori (1993) analisa como a violência é construída a partir da relação entre dois sujeitos: o homem e a mulher. Tal inovação se deu de forma paralela ao novo referencial de gênero (Grossi, 1995), quando o caráter relacional da violência entre homens e mulheres é denunciado. Tal abordagem foi criticada por algumas feministas, por admitir a responsabilidade da mulher em manter a relação de violência e contribuir para culpabilizá-la. Isto é, se considerarmos a perspectiva relacional na violência de gênero, estaremos reconhecendo que a mulher não é objeto passivo, mas atua na construção da violência, mesmo na posição de dominada. Isto fica explícito no caso da violência conjugal contínua, quando se estabelecem padrões de relacionamento que desencadeiam a violência. Temos que reconhecer, no

entanto, que a abordagem de gênero também destaca a relação assimétrica de poder na construção da violência (D’ Oliveira, 1997). Neste trabalho, utilizaremos o termo “mulheres que se encontram em situação de violência”, pelos motivos já apontados.

No Brasil, a violência doméstica se destacou como foco no início do movimento feminista e das intervenções propostas. Tal mobilização se deu em função da brutalidade dos numerosos casos de violência conjugal, de um lado, e da impunidade dos agressores, de outro (D’ Oliveira, 1997). Apenas recentemente a atenção se volta para outras formas de violência, como a sexual (Grossi, 1995). Portanto, de início, o combate à violência tampouco apareceu referido ao setor saúde e sim como questão de polícia e legislação (D’ Oliveira, 1997). Logo, é fundamental salientar a invisibilidade da violência sexual na definição do problema da violência doméstica e, conseqüentemente, nos dados e pesquisas levantados para este diagnóstico. Os estudos e as políticas públicas voltadas para a violência sexual são recentes e escassas. Esta lacuna é significativa, tanto no contexto da mobilização nacional contra a violência doméstica, como no que se sabe sobre iniciativas voltadas para a questão e a produção de conhecimento no país – sobretudo se comparada à produção no exterior. Isto revela uma dificuldade inicial de se trabalhar com as dimensões mais problemáticas da sexualidade, possivelmente em função da nossa cultura e socialização sexual.

“O movimento das mulheres foi um grande impulsionador desta luta. No início, a preocupação foi em termos de criminalizar a violência. Agora o movimento vem se abrindo mais para pressionar a atuação em outros campos: a prevenção, o tratamento. Além da punição, temos que pensar nas seqüelas, no sofrimento.”¹

¹ Entrevistada que trabalha com o tema na cidade de Rio Branco, Acre. Ao longo deste diagnóstico, serão citados depoimentos colhidos em entrevistas com militantes e profissionais que trabalham com a temática no país.

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

